



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

PROPOSTA DE EMENDA

→ CONSTITUCIONAL N. 136/85

Artigo Único - O artigo 122 da Constituição Estadual, fica acrescido de um parágrafo único com 5 (cinco) incisos, na adequação de critérios de distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, a que se refere o parágrafo 9.º do artigo 23 da Constituição Federal, alterado pelo artigo 3.º da Emenda Constitucional n. 17, de 02.12.80, com a seguinte redação:

Art. 122 -

Parágrafo Único - A distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios constituir-se-á dos seguintes percentuais:

I - SETENTA E CINCO POR CENTO (75%) pelo critério do valor adicionado;

II - DOZE POR CENTO (12%) pelo critério do número de habitantes;

III - CINCO POR CENTO (5%) pela área territorial;

IV - CINCO POR CENTO (5%) pelo número de propriedades rurais existentes, segundo levantamento do órgão oficial do Estado;

V - TRÊS POR CENTO (3%) como fator fixo de distribuição igualitária a todos os municípios;

Sala das Sessões, em 10/09/85.

(aa) NILSO SGUAREZI, DIRCEU MANFRINATO, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, RUBENS BUENO e CAÍTO QUINTANA.

Apoiamento:

Donato Gulin, Adhail Sprenger Passos, Trajano Bastos, Francisco Escorsin, Sabino Campos, Gernote Kirinus, Péricles Pacheco, Amélia Hruschka, Erondy Silvério, Airtton Cordeiro, Márcio Almeida, Gabriel Manoel,

Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, Edgard Pimentel, Antônio Belinati, Ivan Gubert, Antônio Annibelli, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Tércio Albuquerque, Artagão Mattos Leão, Acir Mezzadri, Jorge Maia Filho, Edmar Luiz Costa, Homero Oguido, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Quielse Crisóstomo, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Fuad Nacli, Ezequias Losso, Tadeu França, José Antônio Fonseca, Tuguio Setogutte, Ferrari Júnior, Paulo Furiatti, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos, Eduardo Baggio e Sérgio Spada.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de uma reforma tributária para aliviar o estado calamitoso que se encontra a situação financeira do município, não é do desconhecimento nacional.

Porém, não só a reforma tributária atua no campo das receitas municipais, pois os contidos na Constituição Federal em seu parágrafo 9.º do artigo 23, modificado pelo artigo 3.º da Emenda Constitucional n. 17, preceituam medidas que podem, pelo menos, aliviar a situação caótica vigente.

Entretanto, até o presente momento, a nossa Constituição Estadual, não tinha dispositivos reguladores e disciplinadores em relação aos prescritos na Constituição Federal, o que ensejou esta nossa iniciativa.

Acreditamos que desta forma possamos começar colocando cobro em distorções existentes, dando início a uma política que possa dar aos municípios paranaenses a sua tão esperada emancipação econômica e financeira.